

## PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE: PROMESSA OU REALIDADE? UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO

### **Railson de Sousa Xavier**

Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal – UNIPLAN. Bacharelado em Enfermagem.

<https://orcid.org/0009-0005-7813-8186>

E-mail: [raillsonn2210@gmail.com](mailto:raillsonn2210@gmail.com)

### **Caroline Rocha da Silva**

Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal – UNIPLAN. Bacharelado em Enfermagem.

<https://orcid.org/0009-0003-5914-4068>

E-mail: [carol13mil@gmail.com](mailto:carol13mil@gmail.com)

### **Vanessa Oliveira de Mesquita**

Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal – UNIPLAN. Bacharelado em Enfermagem.

<https://orcid.org/0009-0002-0057-5384>

E-mail: [vanmesquitaatm@gmail.com](mailto:vanmesquitaatm@gmail.com)

### **Nemora Caroline de Barros**

Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal – UNIPLAN. Bacharelado em Enfermagem.

<https://orcid.org/0009-0005-8799-7599>

E-mail: [nemoragabiheloisa@gmail.com](mailto:nemoragabiheloisa@gmail.com)

### **Ana Cláudia Araujo Lima**

Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal – UNIPLAN. Bacharelado em Enfermagem.

E-mail: [anaclaudiaaraujolima612@gmail.com](mailto:anaclaudiaaraujolima612@gmail.com)

### **Joelma Santos de Oliveira Souza**

Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal – UNIPLAN. Bacharelado em Enfermagem.

<http://lattes.cnpq.br/7267885378994517>

E-mail: [olijoelma7@gmail.com](mailto:olijoelma7@gmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4-45>

**RESUMO:** O Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) no Brasil tem sido objeto de considerável análise crítica devido aos desafios e barreiras que dificultam sua implementação eficaz em todo o sistema de saúde do país. Dentre os obstáculos identificados, destacam-se a infraestrutura precária, a resistência à mudança por parte de alguns profissionais de saúde, as disparidades regionais e a falta de coordenação entre os diferentes órgãos governamentais. Para superar tais desafios, propõe-se a modernização da infraestrutura de saúde, o fortalecimento da cultura de segurança do paciente, a promoção de uma abordagem mais equitativa e integrada em todas as regiões, o investimento em capacitação e treinamento contínuos e a implementação de sistemas de monitoramento e avaliação robustos. Essas estratégias buscam promover uma implementação mais eficaz e sustentável do PNSP, garantindo cuidados de saúde mais seguros e de alta qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança. Paciente. Programa Nacional de Segurança do Paciente. Saúde. Brasileiro.



## NATIONAL PATIENT SAFETY PROGRAM: PROMISE OR REALITY? A CRITICAL ANALYSIS OF THE BRAZILIAN HEALTHCARE SYSTEM

**ABSTRACT:** The National Patient Safety Program (PNSP) in Brazil has been the subject of considerable critical analysis due to the challenges and barriers that hinder its effective implementation throughout the country's healthcare system. Among the obstacles identified, the following stand out: poor infrastructure, resistance to change on the part of some health professionals, regional disparities and the lack of coordination between different government bodies. To overcome these challenges, it is proposed to modernize the health infrastructure, strengthen the patient safety culture, promote a more equitable and integrated approach in all regions, invest in continuous training and training and implement systems robust monitoring and evaluation. These strategies seek to promote a more effective and sustainable implementation of the PNSP, ensuring safer, high-quality healthcare for all Brazilian citizens.

**KEYWORDS:** Security. Patient. National Patient Safety Program. Health. Brazilian.

### INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define segurança do paciente como a minimização de danos potenciais aos indivíduos que procuram atendimento médico. Isto envolve abordar e reduzir os riscos e lesões que podem ocorrer antes e durante o tratamento médico. Em 2013, o Ministério da Saúde (MS) instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) no Brasil para prevenir e diminuir eventos negativos nos serviços de saúde. O PNSP tem como objetivo apresentar protocolos, manuais e treinamentos para profissionais de saúde, além de iniciativas educativas em diversos ambientes, incluindo universidades, hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

A implantação de sistemas de gerenciamento de riscos e de centros de coordenação de segurança do paciente tem sido fundamental no monitoramento e notificação de eventos adversos em ambientes hospitalares, conforme observado por Silva et al. em 2016. Esse esforço teve início com a criação da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC, nº. 36/2013 da ANVISA, que autorizou a criação e organização sistemática de núcleos de segurança do paciente (NSP) (CORDEIRO, 2007).

A prevalência de incidentes de saúde, especialmente aqueles que causam danos aos pacientes, resulta em taxas significativas de morbidade e mortalidade em todos os sistemas de saúde. A maioria das responsabilidades de cuidados ao paciente recai sobre os profissionais de enfermagem, que desempenham assim um papel crucial na diminuição

da probabilidade de incidentes que possam causar danos e potenciais fatalidades (MILANI; VANDRESEN, 2019).

O tema segurança do paciente é uma questão crucial para o setor de saúde pública no Brasil e no mundo. O Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) foi criado para aprimorar e aprimorar o ambiente de segurança do paciente em nosso país. No entanto, podem surgir desafios durante a execução do programa devido a diversos fatores previamente detalhados na literatura. A implementação do programa em todas as unidades hospitalares é uma tarefa difícil e a sua falha pode resultar em comprometimento da segurança do paciente e da qualidade da assistência médica (SOARES, 2019).

Para alinhamento com o tema sugerido, amplia-se a investigação subsequente que será fundamental para o andamento e finalização deste empreendimento: “Quais são as principais estratégias, ferramentas e desafios acerca da gestão da segurança do paciente nas instituições de saúde brasileiras?” Vale a pena considerar a eficácia dessas estratégias na prevenção de ocorrências negativas e no cultivo de uma cultura centrada na segurança do paciente.

A importância da segurança do paciente para a saúde pública ressalta a importância do tema em questão. É essencial avaliar criticamente o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), e a execução bem-sucedida deste programa pode melhorar significativamente a qualidade dos cuidados de saúde e minimizar os danos aos pacientes. No longo prazo, nosso objetivo é contribuir para o desenvolvimento de protocolos e a implementação de medidas de segurança do paciente nas instituições de saúde. Isso não só melhorará a segurança do paciente no Brasil, mas também estimulará discussões sobre cuidados de saúde e segurança do paciente (SOARES, 2019).

Para melhor entendimento, o objetivo geral foi dividido em três objetivos específicos, sendo eles os principais conceitos e definições acerca da segurança do paciente, diretrizes e protocolos estabelecidos pelo Programa Nacional de Segurança do Paciente – PNSP, além de destacar as ferramentas de gestão de segurança do paciente utilizadas em hospitais e unidades de saúde brasileiras, avaliando sua efetividade na prevenção de eventos adversos e na promoção da cultura de segurança. Bem como, os

desafios e barreiras para a implementação do PNSP no Brasil, identificando as lacunas existentes e propondo soluções para a sua recuperação.

Para a elaboração do trabalho serão utilizadas diversas fontes bibliográficas, incluindo relatórios técnicos, trabalhos acadêmicos, livros, artigos científicos e outras fontes relevantes. Isso permitirá uma exploração abrangente da eficácia do PNSP no contexto da saúde pública brasileira. As bases de dados primárias que serão consultadas incluem a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, PubMed: base de dados mantida pela Biblioteca Nacional de Medicina (NLM), e Scopus, entre outras. Os critérios de inclusão para esta pesquisa serão artigos e pesquisas em língua portuguesa que pertençam à questão de pesquisa e ao tema proposto do trabalho. Serão excluídos artigos em línguas estrangeiras que não sejam pertinentes ao tema proposto para o trabalho.

Conforme mencionado anteriormente, os artigos serão organizados cronologicamente de acordo com os períodos especificados. Esse método permite examinar o tratamento literário do tema no contexto da saúde brasileira a cada dois anos. Em seguida, as citações dos achados e discussões pertinentes dos artigos coletados serão apresentadas em formato descritivo, organizadas por tema e separadas pelos períodos designados durante os quais será realizada a análise narrativa, conforme mencionado anteriormente.

O objetivo do trabalho é avaliar o sistema de saúde brasileiro criticamente através da análise do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Esta análise deverá incluir a avaliação da eficácia e implementação do PNSP. O objetivo final é identificar as lacunas e os desafios existentes, a fim de garantir a segurança do paciente e melhorar a qualidade geral dos cuidados de saúde no país.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O sistema de saúde brasileiro é uma entidade complexa e em constante evolução. No entanto, sua jornada tem sido marcada por desafios significativos, especialmente no que diz respeito à segurança do paciente. Nesse contexto, o Programa Nacional de Segurança do Paciente surge como um potencial solução para a melhoria desse panorama desafiador (SOARES, 2019).

No entanto, surge uma questão fundamental: essa iniciativa é de fato uma promessa viável ou uma ilusão inatingível? Esta análise crítica busca examinar minuciosamente a eficácia e a implementação prática do programa, explorando suas nuances e desafios, enquanto avalia sua influência real no cenário da saúde brasileira. À medida que mergulhamos nesta análise, torna-se evidente a necessidade de uma avaliação imparcial e aprofundada, a fim de compreender melhor a dinâmica entre as promessas oficiais e a realidade dos cuidados com a saúde no Brasil (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

O sistema de saúde brasileiro, apesar de sua amplitude e alcance, enfrenta uma série de obstáculos, que vão desde a falta de infraestrutura adequada até a escassez de recursos humanos e financeiros. Em meio a essas complexidades, o Programa Nacional de Segurança do Paciente se apresenta como uma iniciativa crucial para mitigar riscos e garantir a qualidade do atendimento médico. No entanto, seu sucesso real permanece sob um véu de incerteza e questionamentos (CORDEIRO, 2007).

Ao considerar a implementação prática do programa, surgem várias interrogações: até que ponto as diretrizes estabelecidas estão sendo adotadas de maneira uniforme em todo o país? Existe um monitoramento eficaz para garantir a conformidade com os padrões de segurança? Como as disparidades regionais e as diferenças estruturais afetam a aplicação dessas medidas em diferentes contextos de saúde? (MILANI; VANDRESEN, 2019).

Além disso, é crucial examinar se os recursos estão sendo alocados de maneira apropriada e se há transparência suficiente para avaliar o impacto real do programa sobre a segurança do paciente. É essencial considerar também os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde em sua tentativa de aderir e implementar essas práticas em meio a um cenário muitas vezes carente de recursos e sobrecarregado por demandas crescentes (SOARES, 2019).

Ao empreender essa análise crítica, é imperativo reconhecer as nuances intrínsecas do sistema de saúde brasileiro e a complexidade de implementar políticas eficazes que possam realmente transformar a promessa de segurança do paciente em uma realidade tangível e sustentável em todo o país (LOPES; CARVALHO, 2020).

## PRINCIPAIS CONCEITOS E DEFINIÇÕES A CERCA DA SEGURANÇA DO PACIENTE, DIRETRIZES E PROTOCOLOS ESTABELECIDOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE – PNSP

A segurança do paciente é um tema de extrema importância no campo da saúde, e compreender seus principais conceitos e definições é fundamental para garantir a qualidade dos cuidados médicos. Em termos simples, refere-se às medidas e práticas implementadas para evitar danos desnecessários aos pacientes durante o processo de cuidados de saúde (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Um dos conceitos centrais é a cultura de segurança, que se concentra na promoção de um ambiente em que os profissionais de saúde possam relatar erros sem medo de retaliação, visando aprendizado e melhoria contínua. Além disso, a notificação e comunicação eficazes de incidentes e eventos adversos são essenciais para identificar áreas de risco e implementar mudanças preventivas (SOARES, 2019).

A identificação positiva do paciente é outro aspecto crítico, envolvendo a adoção de procedimentos precisos para garantir que os pacientes recebam o tratamento correto, evitando erros de medicação e procedimentos equivocados. Paralelamente, a higienização das mãos é uma prática fundamental, que, quando aplicada corretamente, reduz significativamente a transmissão de infecções hospitalares (CORDEIRO, 2007).

A segurança da medicação, por sua vez, abrange o uso seguro e eficaz de medicamentos, desde a prescrição até a administração, incluindo a verificação da dose correta, a identificação de possíveis interações medicamentosas e a educação do paciente sobre o uso adequado dos medicamentos prescritos. É importante ressaltar que a segurança do paciente transcende a responsabilidade individual, exigindo a colaboração de equipes multidisciplinares e a adoção de políticas institucionais sólidas (LOPES; CARVALHO, 2020).

Em última análise, um compromisso coletivo com a implementação de práticas de segurança do paciente é crucial para garantir um sistema de saúde mais confiável e eficaz para todos. Além disso, a gestão de riscos é uma peça-chave no que diz respeito à segurança do paciente. Isso envolve a identificação proativa de potenciais ameaças à segurança do paciente e a implementação de estratégias para mitigar esses riscos. Isso pode incluir a análise de processos, a identificação de pontos fracos e a implementação

de medidas corretivas para garantir a segurança e a qualidade dos cuidados de saúde (MILANI; VANDRESEN, 2019).

Outro conceito importante é a prática de cirurgia segura, que se concentra em protocolos específicos para garantir a segurança dos pacientes durante procedimentos cirúrgicos. Isso envolve a verificação de informações cruciais antes, durante e após a cirurgia, bem como a prevenção de erros como cirurgias realizadas no local errado ou em pacientes errados (SOARES, 2019).

Ademais, a segurança do paciente também abrange o gerenciamento de tecnologias médicas, garantindo a utilização adequada de equipamentos e dispositivos médicos, juntamente com a manutenção regular e a supervisão qualificada. Isso é essencial para evitar falhas técnicas que possam colocar os pacientes em risco (CORDEIRO, 2007).

No cerne de todos esses conceitos está o princípio da melhoria contínua. A segurança do paciente é um processo contínuo que exige avaliação constante, aprendizado e adaptação de práticas para garantir a qualidade e a segurança dos cuidados de saúde. Ao priorizar esses conceitos e definições, as instituições de saúde podem garantir um ambiente mais seguro e confiável para os pacientes, promovendo, assim, uma cultura de cuidado eficaz e de qualidade (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

O Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) tem um papel crucial na definição de diretrizes e protocolos para assegurar a segurança dos pacientes em diferentes instâncias do sistema de saúde. Uma das áreas prioritárias abordadas pelo programa é a prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde, o que inclui a implementação de medidas rigorosas de higiene, a vigilância epidemiológica e a promoção de boas práticas de controle de infecções (SOARES, 2019).

Além disso, o PNSP enfatiza a importância da segurança na prescrição, no uso e na administração de medicamentos. Isso envolve a padronização de processos de prescrição, a garantia da correta identificação dos pacientes e a promoção da educação dos profissionais de saúde sobre o uso adequado de medicamentos, visando minimizar erros de medicação e garantir tratamentos seguros e eficazes (LOPES; CARVALHO, 2020).

O programa também estabelece diretrizes específicas para a segurança cirúrgica, como a implementação de listas de verificação pré-operatórias e a padronização de protocolos para prevenir complicações durante e após procedimentos cirúrgicos. Essas diretrizes visam garantir a execução de cirurgias seguras, reduzindo potenciais riscos e erros que possam afetar a saúde e o bem-estar dos pacientes (SOARES, 2019).

Além disso, o PNSP enfoca a melhoria da comunicação entre os profissionais de saúde e os pacientes, incentivando a prática de uma comunicação clara e eficaz, a fim de garantir que os pacientes compreendam plenamente as informações relevantes sobre seu diagnóstico, tratamento e cuidados pós-hospitalares (MILANI; VANDRESEN, 2019).

É importante ressaltar que essas diretrizes e protocolos estabelecidos pelo PNSP são fundamentais para promover uma cultura de segurança do paciente em todo o país. Ao orientar e regulamentar práticas específicas, o programa visa elevar os padrões de qualidade e segurança nos serviços de saúde, assegurando um ambiente mais confiável e acolhedor para os pacientes e profissionais de saúde (LOPES; CARVALHO, 2020).

O PNSP também se concentra na implementação de estratégias para a prevenção de danos relacionados à assistência em saúde, destacando a importância da identificação precoce de possíveis complicações e ações rápidas para minimizar o impacto desses eventos adversos. Isso envolve a promoção de uma cultura de vigilância contínua, a fim de identificar tendências e padrões de ocorrências que possam indicar áreas problemáticas e necessidades de intervenção imediata (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Além disso, o programa dedica atenção especial à segurança do paciente em relação a tecnologias médicas, enfatizando a necessidade de treinamento adequado para o uso de equipamentos médicos complexos, bem como a implementação de medidas de manutenção regulares para garantir o funcionamento correto e seguro desses dispositivos (CORDEIRO, 2007).

Outro aspecto essencial abordado pelo PNSP é a promoção de uma cultura de transparência e responsabilização no setor de saúde. Isso inclui a implementação de sistemas de notificação de incidentes, bem como a criação de mecanismos para análise e investigação de eventos adversos, visando identificar causas raiz e implementar medidas corretivas para evitar recorrências (LOPES; CARVALHO, 2020).



Ao estabelecer essas diretrizes e protocolos abrangentes, o PNSP desempenha um papel vital na promoção da segurança do paciente em todo o país, oferecendo orientações claras e práticas para profissionais de saúde e instituições, a fim de garantir que os mais altos padrões de cuidados e práticas seguras sejam mantidos, promovendo assim um ambiente de confiança e segurança para todos os pacientes (SOARES, 2019).

Assim, o Programa Nacional de Segurança do Paciente desempenha um papel crucial na definição de diretrizes e protocolos que abrangem uma ampla gama de aspectos relacionados à segurança do paciente. Ao enfatizar a importância da prevenção de danos, da comunicação eficaz, do uso seguro de tecnologias médicas e da transparência institucional, o PNSP oferece um roteiro abrangente e orientações práticas que visam elevar os padrões de qualidade e segurança nos serviços de saúde em todo o país. Ao promover a implementação dessas diretrizes e protocolos, o programa busca não apenas proteger os pacientes contra riscos e danos evitáveis, mas também fomentar uma cultura de cuidados eficazes e seguros, alinhada com os mais altos padrões internacionais de segurança do paciente (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

### **FERRAMENTAS DE GESTÃO DE SEGURANÇA DO PACIENTE UTILIZADAS EM HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE BRASILEIRAS, AVALIANDO SUA EFETIVIDADE NA PREVENÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS E NA PROMOÇÃO DA CULTURA DE SEGURANÇA**

Em hospitais e unidades de saúde em todo o Brasil, a implementação de ferramentas de gestão de segurança do paciente desempenha um papel fundamental na garantia de práticas de saúde mais confiáveis e eficazes. Uma das ferramentas mais amplamente utilizadas é o sistema de notificação de incidentes, que permite aos profissionais de saúde relatar eventos adversos ou erros relacionados ao cuidado do paciente. Esses sistemas desempenham um papel crucial na identificação de áreas problemáticas e na implementação de medidas corretivas para prevenir a recorrência de incidentes semelhantes (MILANI; VANDRESEN, 2019).

Além disso, as listas de verificação cirúrgica são ferramentas valiosas adotadas por muitos hospitais para garantir a segurança durante procedimentos cirúrgicos. Essas listas ajudam a verificar se todos os passos necessários foram seguidos antes, durante e

após a cirurgia, garantindo a identificação correta do paciente, a administração de medicamentos adequados e a prevenção de possíveis complicações (CORDEIRO, 2007).

Outra ferramenta essencial é a implementação de sistemas de gestão de medicamentos, que abrangem desde a prescrição até a administração dos medicamentos. Esses sistemas ajudam a evitar erros de medicação, assegurando a correta dosagem e administração de medicamentos, bem como a identificação de possíveis interações medicamentosas que possam representar riscos para os pacientes (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

A integração de tecnologias médicas avançadas também desempenha um papel significativo na gestão da segurança do paciente. A utilização de sistemas de informação eletrônica e registros médicos eletrônicos contribui para uma comunicação mais eficiente entre os profissionais de saúde, garantindo a precisão e a acessibilidade das informações do paciente em tempo real, o que é fundamental para a tomada de decisões clínicas seguras e informadas (LOPES; CARVALHO, 2020).

Logo, a adoção e implementação eficaz dessas diversas ferramentas de gestão de segurança do paciente demonstram um compromisso contínuo por parte das instituições de saúde brasileiras em garantir a qualidade e a segurança dos cuidados de saúde, ao mesmo tempo em que fortalecem uma cultura de segurança e melhoria contínua em todo o sistema de saúde do país (SOARES, 2019).

Além das ferramentas mencionadas, as estratégias de gestão de riscos também desempenham um papel crucial na promoção da segurança do paciente em hospitais e unidades de saúde no Brasil. Isso envolve a identificação proativa de potenciais riscos à segurança do paciente, bem como a implementação de medidas preventivas e corretivas para mitigar esses riscos. A análise de eventos adversos e a implementação de protocolos de segurança específicos são fundamentais para aprimorar a eficácia das estratégias de gestão de riscos, visando garantir um ambiente mais seguro e confiável para os pacientes (LOPES; CARVALHO, 2020).

Ademais, a promoção de uma cultura de segurança do paciente dentro das instituições de saúde é impulsionada por programas de treinamento e educação contínuos, que visam capacitar os profissionais de saúde a adotarem práticas seguras e baseadas em

evidências em seu trabalho diário. A educação sobre segurança do paciente e a conscientização sobre a importância de seguir diretrizes e protocolos estabelecidos são essenciais para promover uma abordagem colaborativa e orientada para a segurança entre equipes multidisciplinares de saúde (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Essas ferramentas e estratégias de gestão de segurança do paciente não apenas melhoram a qualidade dos cuidados de saúde, mas também contribuem para a construção de um sistema de saúde mais confiável e resiliente em todo o Brasil. Ao priorizar a implementação e aprimoramento contínuo dessas ferramentas, as instituições de saúde demonstram um compromisso sólido em garantir a segurança e o bem-estar dos pacientes, fortalecendo, assim, a confiança da comunidade no sistema de saúde brasileiro (CORDEIRO, 2007).

No cenário complexo da saúde no Brasil, a avaliação da efetividade das ferramentas de gestão de segurança do paciente é crucial para garantir a prevenção de eventos adversos e promover uma cultura de segurança sólida e abrangente. Embora as instituições de saúde tenham implementado uma variedade de ferramentas e estratégias, avaliar sua eficácia real requer uma abordagem metódica e holística (MILANI; VANDRESEN, 2019).

Uma avaliação cuidadosa deve considerar não apenas a adoção dessas ferramentas, mas também sua implementação prática e o impacto observado na redução de eventos adversos. Isso envolve a análise de dados precisos e confiáveis sobre taxas de infecção hospitalar, erros de medicação e outros incidentes que possam comprometer a segurança do paciente. Com uma compreensão mais profunda desses dados, é possível identificar lacunas e áreas de melhoria, permitindo a adaptação e o aprimoramento contínuo das estratégias de gestão de segurança do paciente (SOARES, 2019).

Além disso, a avaliação deve considerar a eficácia das iniciativas de treinamento e educação em promover uma cultura de segurança do paciente. É crucial analisar o impacto desses programas na conscientização dos profissionais de saúde e na sua adesão às práticas seguras. Uma abordagem de avaliação abrangente deve considerar não apenas a mudança de comportamento, mas também o impacto na redução de erros e na melhoria da comunicação entre equipes multidisciplinares (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Ao avaliar a efetividade das ferramentas de gestão de segurança do paciente, é vital envolver as partes interessadas, incluindo profissionais de saúde, administradores e, o mais importante, os próprios pacientes. Incorporar feedback e perspectivas de todas as partes interessadas pode fornecer insights valiosos sobre a eficácia real das estratégias implementadas, ajudando a identificar áreas de sucesso e oportunidades de aprimoramento para garantir uma abordagem mais holística e centrada no paciente para a segurança do paciente (MILANI; VANDRESEN, 2019).

Além disso, é essencial considerar os desafios específicos enfrentados pelas diferentes instituições de saúde em todo o país. As disparidades regionais, a variabilidade nos recursos e a capacidade de implementação podem afetar significativamente a eficácia das ferramentas de gestão de segurança do paciente. Portanto, uma avaliação abrangente deve levar em conta as nuances e especificidades de cada contexto de saúde, a fim de garantir que as estratégias sejam adaptadas de maneira adequada e eficaz para atender às necessidades individuais de cada instituição (LOPES; CARVALHO, 2020).

A colaboração e o intercâmbio de melhores práticas entre os diferentes hospitais e unidades de saúde podem desempenhar um papel vital na avaliação da efetividade das ferramentas de gestão de segurança do paciente. Compartilhar experiências e lições aprendidas pode facilitar a identificação de abordagens bem-sucedidas e desafios comuns, permitindo o desenvolvimento de estratégias mais abrangentes e orientadas para resultados (CORDEIRO, 2007).

Por fim, a avaliação da efetividade das ferramentas de gestão de segurança do paciente deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico. É fundamental adotar uma abordagem de melhoria contínua, aproveitando os insights obtidos por meio da avaliação para implementar mudanças progressivas e sustentáveis. Ao priorizar a avaliação regular e a adaptação flexível das estratégias, as instituições de saúde podem fortalecer sua capacidade de prevenir eventos adversos e promover uma cultura de segurança do paciente mais robusta e confiável em todo o sistema de saúde brasileiro (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

## **DESAFIOS E BARREIRAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PNSP NO**

## BRASIL, IDENTIFICANDO AS LACUNAS EXISTENTES E PROPONDO SOLUÇÕES PARA A SUA RECUPERAÇÃO

Implementar o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) no Brasil tem se mostrado uma tarefa desafiadora, repleta de obstáculos complexos que dificultam a plena realização dos objetivos e metas propostos. Esses desafios vão desde questões estruturais e organizacionais até barreiras culturais e econômicas que afetam significativamente a eficácia e o alcance abrangente do programa em todo o país. A compreensão aprofundada desses desafios é crucial para desenvolver estratégias eficazes e orientadas para resultados, a fim de superar as barreiras existentes e fortalecer a implementação bem-sucedida do PNSP em todas as instituições de saúde brasileiras (MILANI; VANDRESEN, 2019).

Um dos desafios centrais para a implementação eficaz do PNSP é a infraestrutura precária e a falta de recursos adequados em muitos hospitais e unidades de saúde em todo o país. A escassez de equipamentos médicos modernos, a falta de tecnologias de informação e comunicação e a insuficiência de leitos hospitalares adequados representam obstáculos significativos para a aplicação consistente das diretrizes e protocolos estabelecidos pelo programa. Além disso, a falta de financiamento adequado para iniciativas de segurança do paciente dificulta a adoção de práticas seguras e a implementação de medidas preventivas essenciais para reduzir riscos e eventos adversos (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Outro desafio crucial está relacionado à resistência e à falta de adesão por parte de alguns profissionais de saúde em relação às mudanças propostas pelo PNSP. A implementação bem-sucedida do programa requer uma mudança cultural significativa, que exige a adoção de novos protocolos e práticas baseadas em evidências, bem como a promoção de uma cultura de transparência e aprendizado contínuo. No entanto, a falta de conscientização, a resistência à mudança e a relutância em abandonar práticas tradicionais muitas vezes representam obstáculos substanciais para a efetiva implementação do PNSP em muitas instituições de saúde no Brasil (CORDEIRO, 2007).

Além disso, as disparidades regionais e as diferenças na capacidade institucional entre as diversas regiões do país também dificultam a implementação uniforme do PNSP em todo o território brasileiro. As áreas rurais e remotas muitas vezes enfrentam desafios

adicionais devido à falta de acesso a serviços de saúde de qualidade e à escassez de profissionais de saúde qualificados. Isso pode resultar em lacunas significativas na aplicação das diretrizes do programa, afetando adversamente a segurança do paciente nessas regiões (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Outro desafio importante é a necessidade de fortalecer os sistemas de monitoramento e avaliação para garantir a conformidade com as diretrizes do PNSP e para avaliar adequadamente o impacto das iniciativas de segurança do paciente em todo o país. A falta de sistemas de coleta de dados padronizados e confiáveis dificulta a avaliação precisa dos resultados e da eficácia das intervenções implementadas. Isso dificulta a identificação de lacunas e áreas de melhoria, tornando desafiador o desenvolvimento de estratégias baseadas em evidências para fortalecer a implementação e o impacto do PNSP no sistema de saúde brasileiro (SOARES, 2019).

Além disso, a complexidade burocrática e a falta de coordenação entre os diferentes órgãos e agências governamentais também representam desafios significativos para a implementação do PNSP. A falta de alinhamento e colaboração eficaz entre o Ministério da Saúde, as secretarias estaduais e municipais de saúde, e outras entidades reguladoras podem resultar em lacunas na implementação de políticas e diretrizes essenciais, dificultando a harmonização e a consistência na aplicação do programa em todo o país (MILANI; VANDRESEN, 2019).

É fundamental abordar as lacunas na capacitação e educação dos profissionais de saúde em relação às práticas de segurança do paciente. A falta de treinamento adequado e o acesso limitado a programas de educação continuada comprometem a capacidade dos profissionais de saúde de aderir e implementar efetivamente as práticas recomendadas pelo PNSP. O fortalecimento da capacitação e educação em segurança do paciente é essencial para promover uma compreensão abrangente das diretrizes do programa e para capacitar os profissionais de saúde a adotarem práticas seguras e baseadas em evidências em seu trabalho diário (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Em face desses desafios e barreiras significativos, é imperativo adotar uma abordagem abrangente e colaborativa que envolva todas as partes interessadas, incluindo o governo, as instituições de saúde, os profissionais de saúde e os pacientes. O

fortalecimento da infraestrutura de saúde, o investimento em capacitação e treinamento, a promoção de uma cultura de segurança e a melhoria da coordenação e monitoramento são cruciais para superar esses desafios e garantir uma implementação mais eficaz e abrangente do PNSP em todo o Brasil. A importância de uma abordagem integrada e centrada no paciente não pode ser subestimada, pois somente através de esforços coletivos e colaborativos será possível enfrentar os desafios e superar as barreiras que impedem a plena realização dos objetivos e metas do PNSP no Brasil (LOPES; CARVALHO, 2020).

Para enfrentar esses desafios complexos, é essencial adotar uma abordagem baseada em evidências e uma mentalidade de melhoria contínua. Isso pode incluir o desenvolvimento de estratégias específicas para abordar as lacunas de infraestrutura e recursos, como o investimento em equipamentos médicos modernos e a alocação de recursos financeiros adequados para iniciativas de segurança do paciente em todo o país. Além disso, é crucial promover uma cultura de inovação e mudança dentro das instituições de saúde, incentivando a adoção de práticas baseadas em evidências e a implementação de novas tecnologias que possam fortalecer a segurança do paciente e melhorar a qualidade dos cuidados de saúde (SOARES, 2019).

A conscientização e a educação continuada sobre segurança do paciente também desempenham um papel fundamental na superação dos desafios enfrentados. A promoção de programas de capacitação abrangentes, juntamente com o desenvolvimento de currículos educacionais centrados na segurança do paciente, pode ajudar a capacitar os profissionais de saúde a compreenderem a importância das práticas seguras e a integrar esses princípios em seu trabalho diário. Isso pode ajudar a superar a resistência à mudança e a promover uma cultura de segurança e qualidade entre os profissionais de saúde em todo o país (CORDEIRO, 2007).

Ademais, fortalecer os sistemas de monitoramento e avaliação é crucial para aprimorar a implementação do PNSP e garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas. Isso pode envolver o estabelecimento de sistemas de coleta de dados padronizados e confiáveis, juntamente com a implementação de processos de análise de dados robustos para identificar tendências e padrões de eventos adversos. A utilização desses dados para informar a tomada de decisões e implementar medidas corretivas eficazes é fundamental para a promoção de uma abordagem mais proativa e baseada em

evidências na gestão da segurança do paciente (MILANI; VANDRESEN, 2019).

Além disso, é crucial promover uma melhor coordenação e colaboração entre os diferentes órgãos e agências governamentais, a fim de garantir a harmonização e a consistência na implementação das políticas e diretrizes do PNSP. Isso pode envolver o desenvolvimento de parcerias estratégicas e o estabelecimento de canais eficazes de comunicação e compartilhamento de informações entre as diversas entidades envolvidas na prestação de serviços de saúde. A promoção de uma abordagem mais integrada e colaborativa pode ajudar a superar as barreiras burocráticas e promover uma implementação mais eficaz e abrangente do PNSP em todo o sistema de saúde brasileiro (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Em última análise, enfrentar os desafios e barreiras para a implementação do PNSP no Brasil exige um compromisso coletivo e uma abordagem abrangente que envolva todas as partes interessadas. Somente através de esforços colaborativos e coordenados será possível superar os desafios estruturais, organizacionais, culturais e financeiros que impactam a implementação eficaz do programa em todo o país. Ao promover uma cultura de segurança do paciente e fortalecer as políticas e práticas relacionadas, o Brasil pode avançar em direção a um sistema de saúde mais seguro, confiável e centrado no paciente, garantindo cuidados de saúde de alta qualidade e acessíveis para todos os cidadãos (LOPES; CARVALHO, 2020).

No contexto da implementação do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) no Brasil, é crucial identificar as lacunas existentes e propor soluções práticas e abrangentes para superar os desafios e barreiras enfrentados. Uma das principais lacunas é a infraestrutura precária e a falta de recursos adequados em muitas instituições de saúde em todo o país. Para superar essa lacuna, é fundamental investir na modernização da infraestrutura de saúde, incluindo a aquisição de equipamentos médicos avançados e a melhoria das instalações hospitalares. Além disso, é essencial alocar recursos financeiros suficientes para apoiar iniciativas de segurança do paciente e promover o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade em todas as regiões do Brasil (CORDEIRO, 2007).

Outra lacuna significativa está relacionada à resistência à mudança e à falta de



adesão por parte de alguns profissionais de saúde em relação às práticas recomendadas pelo PNSP. Para abordar essa questão, é essencial investir em programas de conscientização e educação contínua, visando promover uma compreensão mais profunda dos benefícios das práticas de segurança do paciente. Incentivar a participação ativa dos profissionais de saúde na formulação e implementação de diretrizes do programa e enfatizar os resultados positivos alcançados por meio da adesão a essas práticas podem ajudar a superar a resistência à mudança e promover uma cultura de segurança e qualidade em todo o sistema de saúde (MILANI; VANDRESEN, 2019).

Além disso, a lacuna na coordenação e colaboração entre os diferentes órgãos e entidades governamentais requer a implementação de mecanismos mais eficazes de comunicação e compartilhamento de informações. Uma solução viável seria o estabelecimento de plataformas de colaboração interinstitucional, onde representantes de diferentes entidades pudessem colaborar de forma proativa na formulação e implementação de políticas e diretrizes do PNSP. Isso pode promover uma abordagem mais integrada e coerente na gestão da segurança do paciente em todo o país, garantindo uma aplicação consistente e abrangente das diretrizes do programa (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Ademais, para superar a lacuna na capacitação e educação em segurança do paciente, é fundamental investir em programas de treinamento abrangentes e acessíveis para todos os profissionais de saúde. Isso pode envolver o desenvolvimento de cursos especializados em segurança do paciente, workshops práticos e sessões de treinamento contínuo, que abordem os princípios fundamentais de segurança do paciente e as melhores práticas para sua implementação eficaz. Promover uma cultura de aprendizado contínuo e oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional pode fortalecer a capacidade dos profissionais de saúde de integrar práticas seguras e baseadas em evidências em sua rotina de trabalho, contribuindo assim para a melhoria da segurança do paciente em todas as instituições de saúde (LOPES; CARVALHO, 2020).

Por fim, para superar a lacuna na coleta e análise de dados, é crucial investir na implementação de sistemas de monitoramento e avaliação mais robustos e abrangentes. Isso pode incluir o desenvolvimento de sistemas de coleta de dados padronizados e a implementação de protocolos de análise de dados eficazes, que possam fornecer insights

significativos sobre o desempenho e a eficácia das intervenções de segurança do paciente. Utilizar dados precisos e confiáveis para informar a tomada de decisões e implementar medidas corretivas proativas pode ajudar a fortalecer a eficácia e o impacto do PNSP em todo o sistema de saúde (SOARES, 2019).

Ao abordar essas lacunas de maneira abrangente e estratégica, o Brasil pode fortalecer sua capacidade de implementar o PNSP de forma eficaz e abrangente, garantindo cuidados de saúde mais seguros e de alta qualidade para todos os cidadãos. O compromisso contínuo com a melhoria da infraestrutura de saúde, a promoção de uma cultura de segurança do paciente, a melhoria da coordenação entre as entidades governamentais, o investimento em programas de capacitação e treinamento e o fortalecimento dos sistemas de monitoramento e avaliação são passos essenciais para superar os desafios e promover a implementação bem-sucedida do PNSP em todo o país (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Dessa forma, a implementação bem-sucedida do Programa Nacional de Segurança do Paciente no Brasil requer um esforço colaborativo e coordenado para superar as lacunas e desafios identificados. É essencial que o governo, as instituições de saúde, os profissionais de saúde e outras partes interessadas se unam em prol de uma abordagem integrada e abrangente para fortalecer a segurança do paciente em todo o país. Ao investir na modernização da infraestrutura de saúde, promover uma cultura de segurança e qualidade, aprimorar a coordenação entre os órgãos governamentais, capacitar os profissionais de saúde e fortalecer os sistemas de monitoramento e avaliação, o Brasil pode avançar em direção a um sistema de saúde mais seguro, eficiente e centrado no paciente (LOPES; CARVALHO, 2020).

Além disso, é crucial manter um diálogo aberto e contínuo entre as diferentes partes interessadas para garantir uma compreensão compartilhada dos desafios e das soluções propostas. O envolvimento ativo da comunidade, incluindo os pacientes e suas famílias, também é fundamental para promover uma abordagem centrada no paciente na implementação do PNSP. Ao ouvir as vozes dos pacientes e considerar suas experiências e perspectivas, as instituições de saúde podem adaptar as estratégias de segurança do paciente de acordo com as necessidades e expectativas reais dos destinatários dos cuidados de saúde (CORDEIRO, 2007).

Logo, a continuidade do compromisso político e financeiro é essencial para garantir a sustentabilidade das iniciativas de segurança do paciente em longo prazo. O fortalecimento das políticas de saúde, a alocação de recursos adequados e o estabelecimento de metas claras e mensuráveis são fundamentais para garantir que o PNSP seja implementado de maneira eficaz e abrangente em todo o sistema de saúde brasileiro. Ao manter o foco na segurança e qualidade do paciente como prioridades fundamentais, o Brasil pode aspirar a alcançar padrões mais elevados de cuidados de saúde e promover a confiança e a satisfação dos pacientes em todo o país (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos tempos modernos, uma das questões mais discutidas no setor de saúde é a Segurança do Paciente. Esta questão foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um grande desafio e resultou em uma série de orientações e sugestões para autoridades de saúde em diferentes sistemas. Estas diretrizes visam auxiliar na implementação de medidas que garantam a qualidade dos cuidados de saúde e ajudem a reduzir incidentes que possam causar danos aos pacientes (SOARES, 2019).

Nas décadas de 1950 e 1960, pesquisas já haviam notado o surgimento de incidentes desfavoráveis no processo de saúde. No entanto, essas descobertas iniciais não receberam muita atenção. Em contrapartida, a partir da década de 1990, houve um aumento significativo no número de estudos que forneceram evidências substanciais sobre a prevalência deste problema em vários países, incluindo Austrália, Estados Unidos da América (EUA) e Reino Unido, entre outros (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Um dos principais obstáculos na construção do SUS tem sido a integração do trabalho e da educação em saúde, necessitando de uma reflexão contínua sobre como as práticas de saúde devem evoluir nos vários níveis do sistema e, ao mesmo tempo, transformar os procedimentos de formação dos profissionais de saúde em todos os níveis (LOPES; CARVALHO, 2020).

A ênfase na competência dos profissionais de saúde e sua correlação com as demandas do ambiente de trabalho é uma questão antiga. Essa conexão está presente

desde os primórdios da saúde coletiva no Brasil e tem levado ao surgimento de inúmeros estudos e investigações sobre diversos temas, incluindo, mas não se limitando a, formação de mão de obra, mercado de trabalho em saúde, estratégias de gestão de processos de trabalho em instituições e serviços de saúde (MILANI; VANDRESEN, 2019).

A discussão sobre políticas, normas, programas e projetos relacionados a essa área tem sido reforçada por diversos estudos realizados em diferentes níveis de gestão, incluindo federal, estadual e municipal, bem como no âmbito da organização do SUS. Nos últimos 33 anos, políticas e programas foram desenvolvidos com o objetivo de reestruturar os serviços de saúde em diversos níveis de complexidade. Isso resultou na necessidade de promover modificações na formação de pessoal, tanto nos cursos de graduação e pós-graduação, quanto no âmbito dos serviços por meio de iniciativas de educação continuada. Mudanças na gestão e organização dos processos de trabalho também têm sido exigidas em decorrência dessas políticas e programas (MILANI; VANDRESEN, 2019).

O desenvolvimento da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, conhecida como NOB-RH, foi um esforço colaborativo entre gestores, técnicos e pesquisadores da área. O documento foi aprovado oficialmente pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e publicado em 2003. A NOB-RH traça uma série de recomendações para a gestão do trabalho e da educação em saúde, enfatizando sua importância como prioridade fundamental na agenda governamental (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

A criação do Departamento de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde (SGTES) no âmbito do MS em 2003 foi um marco significativo na evolução e crescimento desta área. Ampliou as oportunidades de elaboração de políticas governamentais direcionadas, promovendo a colaboração com organizações e entidades representativas da gestão do SUS, como o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e o CNS. Este desenvolvimento marcou um passo crucial para o movimento (CORDEIRO, 2007).

A criação da PNEPS, que representa uma proposta de ação que contribui para a necessária transformação dos processos de formação, das práticas pedagógicas e de saúde e da organização dos serviços, é uma iniciativa relevante. Esta proposta visa abordar

questões cotidianas, trabalhando cooperativamente entre a gestão do sistema de saúde e as instituições de formação para desenvolver soluções (LOPES; CARVALHO, 2020).

Em 2003, a PNEPS foi instituída e instituída oficialmente com a publicação da Portaria GM/MS nº 198, em 13 de fevereiro de 2004. Essa iniciativa estabeleceu um arcabouço para sua execução, com foco na promoção da colaboração interinstitucional e intersetorial e na implementação de políticas regionais (SOARES, 2019).

O ano de 2007 foi marcado pela publicação da Portaria GM/MS nº 1.996/0710, que introduziu novas diretrizes para a PNEPS. A portaria também traça um alinhamento conceitual específico para a Educação Continuada, enfatizando a importância da interligação entre ensino e ações e serviços, e entre ensino e saúde. Salienta ainda a importância das relações entre a formação e a gestão setorial, o desenvolvimento institucional e o controle social na saúde (LOPES; CARVALHO, 2020).

A implementação desta política é direcionada aos profissionais e equipes de saúde dos diferentes níveis da rede de serviços. O seu principal objetivo é alterar as práticas técnicas e sociais dos cuidados de saúde, a fim de melhorar a qualidade e a humanização dos cuidados de saúde prestados à população. Além disso, a política visa melhorar a capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

O contexto atual apresenta um desafio na compreensão e no escrutínio da correlação entre as práticas de saúde e os espaços, bem como as técnicas utilizadas para moldar e gerar conhecimento. Esse desafio não é novo, mas exige a integração de ações e relações interdisciplinares e interprofissionais. O objetivo final é atender às reais necessidades de saúde da população (MILANI; VANDRESEN, 2019).

É crucial compreender a interligação entre os domínios do emprego e das atividades acadêmicas a partir desta perspectiva. Esta ligação materializa-se como uma esfera temática de significado estratégico, abrangendo empreendimento técnicos e científicos influenciados por fatores sociais e culturais. Esses fatores não podem ser desconsiderados nas discussões relativas às instituições de saúde (LOPES; CARVALHO, 2020).

A abordagem EPS é uma metodologia estratégica que visa alinhar o processo formativo às exigências práticas dos serviços de saúde. Centra-se nas circunstâncias

específicas em que os profissionais de saúde se encontram e procura responder às suas necessidades em conformidade. A EPS, vista através de lentes pedagógicas, começa por utilizar as questões que surgem durante o processo de trabalho como base para esforços educacionais, com foco particular na busca de soluções para problemas (SOARES, 2019).

Essencialmente, esta abordagem visa estabelecer uma ligação entre educação e trabalho, utilizando uma metodologia de ensino-aprendizagem que dá importância ao funcionamento diário dos serviços de saúde. Isto é feito através de uma abordagem problematizadora, onde o foco está na realidade concreta em que os atores estão situados, e através da promoção de uma “aprendizagem significativa” que se baseia nas experiências pessoais dos alunos (GOMES; LIMA, 2019).

O objetivo é reconhecer o cenário do serviço como valiosa fonte de investigação para a formação contínua dos profissionais de saúde. Destaca-se, portanto, a dimensão estratégica da EPS, pois é capaz de contribuir para a evolução de novos modelos e processos de trabalho nas instituições de saúde, transformando as práticas técnicas e sociais (LOPES; CARVALHO, 2020).

Os princípios da EPS abrangem mais do que apenas conhecimento acadêmico. Envolve também a assimilação de conhecimentos pessoais e coletivos adquiridos através da experiência e de encontros em primeira mão. A construção ativa do conhecimento tecnológico, que inclui aplicações práticas e teóricas na resolução de problemas, é feita tendo em conta determinados sistemas de valores. Essa abordagem garante que o processo de formação esteja integrado ao dia a dia da instituição (CORDEIRO, 2007).

A Segurança do Paciente pode se beneficiar muito do papel da Educação Contínua na promoção da autorreflexão e na exploração de novos caminhos potenciais. Os Programas e Serviços Educacionais (EPS) podem ajudar na identificação dos principais obstáculos e áreas críticas na saúde, bem como na promoção de metodologias de trabalho inovadoras que resultam das experiências e práticas dos profissionais médicos. Serve também para capacitar e integrar os trabalhadores através de uma abordagem não hierárquica do conhecimento, fortalecendo, em última análise, o cuidado ao paciente e promovendo o interprofissionalismo (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

A Educação em Saúde do Paciente (EPS) é considerada uma abordagem que deve estar intrinsecamente ligada ao conceito de Segurança do Paciente. Isso se deve ao fato de que melhorias na execução das práticas e serviços de saúde exigem modificações significativas nas operações diárias das organizações de saúde (MILANI; VANDRESEN, 2019).

A busca por mais conhecimento por parte dos profissionais é uma prova da melhoria da salvaguarda nas internações pediátricas, ressaltando que a Educação Continuada é uma abordagem eficaz para a construção de competências para a segurança do paciente. O guia de referência do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) tem como objetivo “aprimorar a competência dos profissionais de saúde em todos os estabelecimentos médicos do país, sejam eles públicos ou privados”. Para alcançar o resultado desejado pelo PNSP, devem ser reconhecidos pré-requisitos específicos, como a dedicação dos gestores e gestores do SUS, a governança diversificada e abrangente e o envolvimento de indivíduos com expertise, contribuições e responsabilidades para com a qualidade e o bem-estar do cuidado (SOARES, 2019).

Embora todas as premissas sejam significativas, as duas primeiras têm especial importância quando se examina o papel central do trabalhador nos processos de trabalho em saúde e o valor das suas qualificações. É nesse quadro que se faz necessária a articulação entre PNEPS e PNSP. O terceiro eixo, um dos quatro de apoio ao PNES, tem como foco a integração da segurança do paciente no ensino técnico e de graduação, bem como na pós-graduação em Saúde Coletiva e na formação continuada de profissionais de saúde (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

Ao ler atentamente o Guia Curricular de Segurança do Paciente, publicado pela Organização Mundial da Saúde, são revelados vários fatores que têm impedido a inclusão da educação em segurança do paciente nos cursos de graduação e pós-graduação em saúde. Alguns destes fatores incluem o fracasso dos educadores em saúde em reconhecer a importância de incorporar tais conteúdos nos seus cursos, a falta de familiaridade dos professores com a literatura relevante, a relutância em abraçar novas áreas do conhecimento e a difusão dos métodos tradicionais de ensino que dependem fortemente de instruções baseadas na transmissão, em que o professor simplesmente transmite conhecimento e o aluno o recebe, em detrimento de abordagens educacionais mais

inovadoras que priorizam o pensamento crítico, a resolução de problemas e estruturas pedagógicas reflexivas, e incorporam metodologias ativas para apoiar o ensino e aprendizado (MILANI; VANDRESEN, 2019).

A base dos futuros profissionais de saúde reside na sua formação acadêmica. As abordagens de ensino e aprendizagem utilizadas neste contexto desempenham um papel essencial na formação dos valores que definirão uma nova cultura de cuidados de saúde. Os programas educacionais dos serviços de saúde enfrentam desafios comparáveis na promoção da cultura de segurança do paciente em instituições públicas e privadas no Brasil. O reconhecimento destes obstáculos, no entanto, não nega o potencial dos programas de formação para impactar positivamente a cultura de segurança do paciente nestes ambientes (LOPES; CARVALHO, 2020).

Transformar a cultura de uma organização é uma tarefa difícil. Isso não pode ser alcançado simplesmente alterando os regulamentos, costumes ou legislação. O processo exige uma mudança de mentalidades e perspectivas. O estabelecimento de um Programa de Segurança do Paciente exige uma mudança nas atitudes dos profissionais de saúde. Conseqüentemente, reitera-se que a EPS pode desempenhar um papel fundamental na promoção de uma cultura de Segurança do Paciente nas instituições de saúde (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

O potencial para resultados positivos da interação entre estas duas iniciativas dependem de uma compreensão abrangente do EPS na sua dupla capacidade. Isto inclui tanto as facetas da política de educação em saúde como as da prática de ensino-aprendizagem. Neste último domínio, devem ser enfatizadas as metodologias ativas, o ensino baseado na descoberta e as técnicas problematizadoras, num quadro crítico que defende perspectivas democráticas no desenvolvimento do conhecimento e oportunidades de aprendizagem significativas. Tal abordagem deve estar atenta à complexidade contextual que envolve a produção e gestão dos serviços de saúde (MILANI; VANDRESEN, 2019).

O sistema de saúde no Brasil é uma entidade complexa e em constante mudança. Apesar disso, o seu progresso tem sido dificultado por uma série de obstáculos, especialmente no domínio da segurança do paciente. Para resolver esta questão, o



Programa Nacional de Segurança do Paciente apresenta-se como um remédio promissor para melhorar esta difícil situação (CORDEIRO, 2007).

Embora o sistema de saúde no Brasil seja vasto e abrangente, ele enfrenta uma infinidade de desafios. Estes desafios incluem infraestruturas insuficientes e uma escassez de recursos financeiros e humanos. Em meio a essas complexidades, o Programa Nacional de Segurança do Paciente surge como uma iniciativa vital para mitigar riscos e garantir a qualidade da assistência médica. No entanto, a eficácia real do programa está envolta em incerteza e ceticismo (LOPES; CARVALHO, 2020).

Examinar a alocação de recursos e garantir a transparência na avaliação do impacto do programa na segurança do paciente são aspectos vitais a serem considerados. Igualmente importante é reconhecer as dificuldades que os profissionais de saúde encontram quando tentam seguir e implementar estas práticas, particularmente num ambiente com recursos escassos e exigências crescentes (SOARES, 2019).

No âmbito da saúde, a questão da segurança do paciente é de extrema importância. Para garantir a prestação de cuidados médicos de alta qualidade, é essencial ter uma compreensão profunda dos conceitos e definições fundamentais associados à segurança do paciente. Em essência, isto diz respeito às diversas medidas e protocolos implementados para prevenir danos evitáveis aos pacientes ao longo do percurso dos cuidados de saúde (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

No cerne dos cuidados de saúde está a ideia de cultura de segurança, que dá prioridade à criação de uma atmosfera em que os médicos sintam que podem divulgar abertamente os erros sem a ameaça de represálias. Essa ênfase na transparência permite o avanço e a educação contínuos. Além disso, a partilha bem-sucedida de incidentes e eventos negativos é fundamental para identificar áreas de vulnerabilidade e tomar as medidas necessárias para prevenir ocorrências futuras (LOPES; CARVALHO, 2020).

A adoção de procedimentos meticulosos é essencial para garantir que os pacientes recebam o tratamento correto e evitar erros de medicação e procedimentos incorretos. Outro aspecto crucial é a identificação positiva do paciente, que deve ser implementada com precisão. Simultaneamente, a higiene adequada das mãos é uma rotina essencial que,

quando executada com precisão, reduz significativamente a propagação de infecções nos hospitais (SOARES, 2019).

O conceito de segurança de medicamentos preocupa-se em garantir que os medicamentos sejam utilizados com segurança e eficácia, desde o momento da prescrição até o momento da administração. Isso inclui confirmar a dosagem precisa, reconhecer possíveis interações medicamentosas e fornecer aos pacientes educação sobre o uso adequado dos medicamentos prescritos (LOPES; CARVALHO, 2020).

Enfatizar a segurança do paciente vai além da responsabilidade de qualquer indivíduo. Requer a cooperação de equipes multidisciplinares e a implementação de políticas institucionais sólidas. Em última análise, uma dedicação unida à implementação de práticas de segurança do paciente é fundamental para garantir um sistema de saúde que seja confiável e eficiente para todos (MILANI; VANDRESEN, 2019).

A segurança do paciente é um aspecto essencial dos cuidados de saúde e a gestão de riscos desempenha um papel crítico na consecução deste objetivo. Um dos objetivos principais da gestão de riscos é a identificação precoce de perigos potenciais que possam comprometer a segurança do paciente. São então implementadas estratégias para mitigar estes riscos, o que pode envolver a análise de processos, a identificação de fragilidades e a implementação de medidas corretivas para garantir a prestação de serviços de saúde de elevada qualidade (LOPES; CARVALHO, 2020).

A cirurgia segura é um conceito crucial que gira em torno de protocolos específicos para garantir a segurança dos pacientes durante os procedimentos cirúrgicos. Esta prática envolve verificações minuciosas de informações vitais antes, durante e após a cirurgia, além de prevenir possíveis erros, como realizar uma cirurgia no paciente errado ou no local errado (CORDEIRO, 2007).

Além disso, a proteção dos pacientes inclui a supervisão da tecnologia de saúde, garantindo a utilização adequada de máquinas e engenhocas médicas, bem como uma manutenção consistente e supervisão qualificada. O princípio fundamental que sustenta todas essas noções é a ideia de melhoria incessante. A segurança dos pacientes é um processo em constante evolução que exige avaliação, educação e ajuste perpétuos de procedimentos para garantir a excelência e o bem-estar dos cuidados de saúde. Ao

ênfatar estas definições e conceitos, as organizações de saúde podem estabelecer uma atmosfera mais confiável e segura para os pacientes, cultivando assim uma cultura de cuidados proficientes e superiores (LOPES; CARVALHO, 2020).

Nos diversos níveis do sistema de saúde, o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) desempenha papel vital na formulação de diretrizes e protocolos destinados a garantir a segurança dos pacientes. Entre as preocupações prioritárias que o programa aborda está a prevenção de infecções relacionadas com os cuidados de saúde. Isto envolve a aplicação de práticas rigorosas de higiene, a vigilância de dados epidemiológicos e a promoção de práticas eficazes de controlo de infecções (GOMES; LIMA, 2019).

O PNSP dá ênfase significativa à segurança da prescrição, administração e uso de medicamentos. Isto exige a padronização dos procedimentos de prescrição, a verificação da identidade do paciente e a educação dos profissionais de saúde sobre o uso adequado dos medicamentos. Essas medidas visam reduzir erros de medicação e estabelecer protocolos de tratamento seguros e eficientes (SOARES, 2019).

Para garantir a segurança dos procedimentos cirúrgicos, o programa estabelece diretrizes específicas. Isso inclui o uso de listas de verificação pré-operatórias e padronização de protocolos para evitar a ocorrência de qualquer complicação durante e após as cirurgias. O objetivo final destas diretrizes é realizar procedimentos cirúrgicos com segurança, minimizando assim possíveis ameaças e erros que possam impactar o bem-estar físico dos pacientes (GOMES; LIMA, 2019).

O PNSP tem como objetivo principal melhorar a interação entre profissionais de saúde e pacientes. Este objetivo é alcançado através da promoção do uso de práticas de comunicação inequívocas e convincentes que ajudam os pacientes a compreenderem aspectos cruciais do seu diagnóstico, tratamento e acompanhamento. A ênfase do programa na comunicação eficaz visa garantir que os pacientes estejam bem-informados e bem-informados sobre os cuidados médicos que recebem nos hospitais (SOARES, 2019).

É fundamental ressaltar que as regulamentações e diretrizes do PNSP desempenham um papel vital na promoção de uma cultura de segurança para os pacientes

em todo o país. Através da regulamentação e padronização de práticas específicas, este programa busca elevar os padrões de qualidade e segurança nos serviços de saúde, criando assim um ambiente mais confiável e hospitalareiro para profissionais de saúde e pacientes (MILANI; VANDRESEN, 2019).

Um dos objetivos primordiais do PNSP é executar medidas que previnam efetivamente quaisquer danos que possam advir dos procedimentos de saúde. Para atingir este objetivo, o programa enfatiza a importância da identificação atempada de potenciais complicações e da adoção de medidas imediatas para mitigar quaisquer efeitos adversos. A tarefa em questão envolve cultivar um ambiente de vigilância perpétua. Isto é necessário para reconhecer padrões e tendências em ocorrências que possam sugerir áreas de preocupação e exigir intervenção imediata (GOMES; LIMA, 2019).

O programa dá ênfase significativa à segurança do paciente em relação às tecnologias médicas. Isto envolve priorizar o treinamento adequado no uso de equipamentos médicos complexos e executar medidas de manutenção de rotina para garantir o funcionamento correto e seguro dos dispositivos (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

O PNSP prioriza o estabelecimento de uma cultura que preza pela transparência e responsabilidade no setor de saúde. Este objetivo é alcançado através da implementação de sistemas de notificação de incidentes, bem como da criação de mecanismos de investigação e análise de eventos adversos. Ao identificar as causas raízes desses eventos adversos, o PNSP visa criar e executar medidas corretivas que evitem a ocorrência de incidentes semelhantes no futuro (GOMES; LIMA, 2019).

O PNSP desempenha função essencial na promoção da segurança do paciente em todo o país, definindo diretrizes e protocolos detalhados. Estas orientações fornecem aos profissionais e instituições de saúde conselhos claros e práticos sobre a manutenção dos mais elevados níveis de cuidados e práticas. Ao fazer isso, eles promovem uma atmosfera de confiança e segurança para todos os pacientes (CORDEIRO, 2007).

O Programa Nacional de Segurança do Paciente ocupa posição significativa na definição de protocolos e diretrizes que abrangem diversos aspectos relativos à segurança dos pacientes. Com ênfase na prevenção de danos, aplicação segura de tecnologias

médicas, comunicação eficaz e transparência organizacional, o PNSP fornece um caminho abrangente a seguir com conselhos práticos que se esforçam para elevar os padrões de segurança e qualidade nos serviços de saúde em todo o país. O objetivo do programa é estabelecer uma cultura de cuidados seguros e eficazes, consistente com os mais elevados padrões globais de segurança do paciente. Isto é conseguido através da defesa da implementação de diretrizes e protocolos que visam prevenir riscos e danos evitáveis aos pacientes (LOPES; CARVALHO, 2020).

É crucial ter em conta os obstáculos únicos encontrados pelos vários estabelecimentos de saúde em todo o país. As disparidades entre regiões, as flutuações nos recursos disponíveis e as disparidades na eficácia da implementação podem ter um impacto significativo na eficácia das ferramentas de gestão da segurança dos pacientes (GOMES; LIMA, 2019).

Como resultado, uma avaliação completa deve considerar as complexidades e características distintas de cada ambiente de saúde, a fim de garantir que as abordagens sejam personalizadas de forma adequada e bem-sucedida para atender às demandas distintas de cada instituição (AMARAL; PINHEIRO, 2021).

A partilha de melhores práticas e a colaboração entre unidades de saúde e hospitais podem ter um impacto crucial na avaliação das ferramentas de gestão da segurança dos pacientes. Através da troca de experiências e das lições que elas trazem, torna-se mais fácil identificar metodologias bem-sucedidas e desafios que são comumente enfrentados. Esta informação pode então ser usada para desenvolver abordagens mais completas e direcionadas, com foco nos resultados (MILANI; VANDRESEN, 2019).

O processo de avaliação da utilidade das ferramentas empregadas na gestão da segurança do paciente deve ser abordado como um esforço contínuo e em constante mudança. É essencial adoptar uma abordagem que enfatize a progressão contínua, utilizando o conhecimento adquirido nas avaliações para implementar modificações sustentáveis e inovadoras (LOPES; CARVALHO, 2020).

Ao priorizar a avaliação frequente e a capacidade de ajustar estratégias com flexibilidade, os estabelecimentos de saúde podem fortalecer sua capacidade de prevenir

resultados negativos e cultivar uma cultura de segurança do paciente que seja confiável e resiliente em todo o sistema de saúde do Brasil (GOMES; LIMA, 2019).

Para garantir que todos partilham a compreensão das dificuldades e potenciais soluções, é indispensável um diálogo aberto e contínuo entre todas as partes envolvidas. Além disso, a participação ativa da comunidade, que inclui os pacientes e seus familiares, é vital para promover uma abordagem que priorize as necessidades do paciente durante a implementação do PNSP. Para adaptar as estratégias de segurança dos pacientes às necessidades e expectativas genuínas dos destinatários dos cuidados de saúde, as instituições de saúde devem prestar atenção às suas vozes e ter em conta as suas experiências e perspectivas (CORDEIRO, 2007).

Para garantir a longevidade das iniciativas de segurança dos pacientes, é imperativo manter um compromisso firme com o apoio financeiro e político. Isto pode ser conseguido através do reforço das políticas de saúde, da disponibilização de recursos suficientes e do estabelecimento de objetivos discerníveis e mensuráveis. Somente por meio dessas medidas o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) poderá ser implementado de forma plena e eficaz em todo o sistema de saúde brasileiro. Ao priorizar a segurança e a qualidade do paciente, o Brasil tem o potencial de elevar os padrões de saúde e cultivar uma base de confiança e contentamento entre os pacientes em todo o país (MILANI; VANDRESEN, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) representa uma iniciativa crucial para fortalecer a qualidade e a segurança dos cuidados de saúde em todo o Brasil. No entanto, a implementação eficaz e abrangente do programa enfrenta uma série de desafios e barreiras intrincados, que refletem as complexidades e as lacunas existentes no sistema de saúde brasileiro. Ao longo deste estudo, foi possível identificar uma série de questões fundamentais que afetam a aplicação do PNSP, incluindo a infraestrutura precária, a resistência à mudança, as disparidades regionais e a falta de coordenação institucional. Esses desafios representam obstáculos significativos para a realização plena das metas e objetivos do PNSP em todo o país, ressaltando a necessidade de abordagens estratégicas e abrangentes para superar essas limitações e promover uma implementação

mais eficaz e sustentável do programa.

Uma das principais questões que merecem atenção é a necessidade premente de fortalecer a infraestrutura de saúde em todo o Brasil. A escassez de recursos e a infraestrutura inadequada representam desafios fundamentais para a implementação eficaz do PNSP, comprometendo a capacidade das instituições de saúde de fornecer cuidados de alta qualidade e seguros para os pacientes. Para abordar essa questão, é imperativo investir na modernização das instalações hospitalares, na aquisição de equipamentos médicos avançados e na melhoria das capacidades de atendimento. Além disso, a alocação de recursos financeiros adequados é fundamental para garantir a disponibilidade de serviços de saúde acessíveis e de qualidade em todas as regiões do Brasil, contribuindo assim para a promoção de uma abordagem mais equitativa e abrangente para a segurança do paciente em todo o país.

Além disso, a resistência à mudança e a falta de adesão por parte de alguns profissionais de saúde representam desafios significativos para a implementação bem-sucedida do PNSP. A promoção de uma cultura de segurança e qualidade é fundamental para promover uma abordagem mais colaborativa e orientada para resultados na implementação das diretrizes do programa. Isso pode envolver o desenvolvimento de programas de conscientização e educação contínua, juntamente com a criação de espaços para o diálogo aberto e a troca de conhecimentos entre os profissionais de saúde. Ao incentivar a participação ativa e a colaboração entre as equipes de saúde, é possível promover uma mudança cultural significativa e fortalecer a adesão às práticas de segurança do paciente em todo o sistema de saúde brasileiro.

Além disso, as disparidades regionais representam um desafio adicional na implementação do PNSP em todo o país. As diferenças na infraestrutura de saúde, nos recursos disponíveis e na capacidade institucional entre as diferentes regiões do Brasil dificultam a aplicação consistente das diretrizes do programa, resultando em lacunas significativas na qualidade e segurança dos cuidados de saúde. Para superar essas disparidades, é crucial promover uma distribuição mais equitativa de recursos de saúde e serviços de qualidade em todas as regiões do país. Isso pode envolver o desenvolvimento de programas específicos e adaptados para atender às necessidades individuais de cada região, garantindo assim a igualdade de acesso aos serviços de saúde e promovendo uma

abordagem mais abrangente e centrada no paciente para a segurança do paciente em todo o Brasil.

A falta de coordenação e colaboração entre os diferentes órgãos e entidades governamentais também representa um desafio substancial para a implementação eficaz do PNSP. A complexidade burocrática e a falta de alinhamento estratégico entre as entidades reguladoras podem resultar em lacunas na implementação de políticas e diretrizes essenciais, comprometendo assim a eficácia das iniciativas de segurança do paciente em todo o sistema de saúde. Para superar essa lacuna, é essencial promover uma melhor coordenação e comunicação entre os diferentes órgãos governamentais, visando a harmonização e a consolidação das estratégias de segurança do paciente em nível nacional. Isso pode envolver o estabelecimento de plataformas de colaboração e compartilhamento de informações, bem como a implementação de medidas para promover uma abordagem mais integrada e abrangente na gestão da segurança do paciente em todo o país.

Por fim, a capacitação e educação em segurança do paciente emergem como uma área crítica que requer atenção e investimento contínuo. A falta de treinamento adequado e o acesso limitado a programas de educação continuada comprometem a capacidade dos profissionais de saúde de implementar efetivamente as práticas recomendadas pelo PNSP. Para superar essa lacuna, é fundamental investir na implementação de programas de treinamento abrangentes e acessíveis, que abordem os princípios fundamentais de segurança do paciente e as melhores práticas para sua implementação eficaz. Além disso, promover uma cultura de aprendizado contínuo e oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional pode fortalecer a capacidade dos profissionais de saúde de integrar práticas seguras e baseadas em evidências em sua rotina de trabalho, contribuindo assim para a melhoria da segurança do paciente em todas as instituições de saúde.

Diante desses desafios complexos, é imperativo adotar uma abordagem abrangente e colaborativa que envolva todas as partes interessadas, incluindo o governo, as instituições de saúde, os profissionais de saúde e os pacientes. A implementação bem-sucedida do PNSP requer um compromisso coletivo e contínuo em promover uma cultura de segurança do paciente e em fortalecer as políticas e práticas relacionadas em todo o sistema de saúde brasileiro. Isso pode incluir a criação de um ambiente propício à



inovação e à mudança, onde as melhores práticas sejam compartilhadas e implementadas de forma consistente em todas as instituições de saúde.

Além disso, é crucial manter a transparência e a prestação de contas em todos os níveis do sistema de saúde. Isso pode envolver o estabelecimento de mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação, que permitam a coleta regular de dados e a análise criteriosa do desempenho das iniciativas de segurança do paciente. A utilização desses dados para informar a tomada de decisões e implementar medidas corretivas oportunas pode contribuir significativamente para o aprimoramento contínuo da qualidade e segurança dos cuidados de saúde em todo o país.

Além disso, promover uma cultura de aprendizado e melhoria contínua é fundamental para garantir a sustentabilidade das iniciativas de segurança do paciente a longo prazo. Isso pode ser alcançado por meio do estabelecimento de canais eficazes de comunicação e feedback entre os profissionais de saúde, as instituições de saúde e os pacientes, permitindo a identificação proativa de áreas de melhoria e a implementação de mudanças baseadas em evidências. Ao adotar uma abordagem de melhoria contínua, o sistema de saúde brasileiro pode adaptar-se de forma mais eficaz às mudanças nas necessidades e demandas dos pacientes, garantindo assim a prestação de cuidados de saúde mais seguros e de alta qualidade em todo o país.

Em última análise, o sucesso do Programa Nacional de Segurança do Paciente depende do compromisso contínuo em superar os desafios e barreiras existentes, promovendo uma abordagem mais abrangente e centrada no paciente para a segurança do paciente em todo o Brasil. Ao fortalecer a infraestrutura de saúde, promover uma cultura de segurança e qualidade, melhorar a coordenação e colaboração entre as entidades governamentais, investir em capacitação e educação em segurança do paciente e fortalecer os sistemas de monitoramento e avaliação, o Brasil pode avançar em direção a um sistema de saúde mais seguro, eficiente e centrado no paciente, que atenda às necessidades e expectativas dos cidadãos em todas as regiões do país.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, A. P. S.; PINHEIRO, G. M. L. **Reflexões sobre os protocolos do Programa**

XAVIER, R.S.; SILVA, C.R.; MESQUITA, V.O.; BARROS, N.C.; LIMA, A.C.A.; SOUZA, J.S.O. Programa Nacional de Segurança do Paciente: promessa ou realidade? Uma análise crítica do sistema de saúde brasileiro. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 2, n. 4, p.618-653, out./dez. 2023. ISSN: 2965-0003.



**Nacional de Segurança do Paciente em um hospital público.** Lecturas: Educación Física y deportes, v. 25, n. 272, p. 146-158, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.46642/efd.v25i272.908>> Acessado em: <https://www.efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/download/908/1327?inline=1>.

ARAÚJO, J. N. S. et al. **O Papel da auditoria de enfermagem no ambiente hospitalar.** Revista Artigos.Com, Teresina-PI, v. 24, p.1-10, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/5615>.

BACELAR, C. M. T. et al. **O Programa Nacional de Segurança do Paciente brasileiro privilegia os direitos do paciente?** Cadernos libero- Americanos de Direito Sanitário, Brasília, v.1, n.3, p. 148-161, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17566/ciads.v1i1i3.932>. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/932>.

BORCHHARDT, S. V. B. et al. **Gestão do cuidado para a segurança do paciente na sala de cirurgia: contribuições de enfermeiros.** Ciências de Saúde, v. 11, n.6, p. 1-13, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29075. Acessado em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29075>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente.** Brasília DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pnsp/materiais-de-apoio/arquivos>.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 36, de 25 de julho de 2013.** Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e de outras providencias. Brasília, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html)

CAUDURO, G. M. R. et al. **Segurança do paciente na compreensão de estudantes da área da saúde.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v.38, n.2, p.1-8, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.02.64818>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Ztm3jVnYsH63rmkQYrHDnCh/?lang=pt>.

COLOSP, S. et al. **Estrutura e atividades dos núcleos de Segurança do Paciente em hospitais: uma revisão integrativa.** Visa em debate: sociedade, ciência e tecnologia, v, 10, n. 1, p. 55-63, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22239/2317-269X.01917>. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1917>.

CORDEIRO, A. M. et al. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa.** Comunicação científica, v.34, n.6, p. 428-431, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLGLPwcmV6Gf/?lang=pt>.

FEREZIN, T. P. M. et al. **Análise da notificação de eventos adversos em hospitais acreditados.** Cogitare enfermagem, n. 22, v.2, p.1-9, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v22i2.49644>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/49644>

GAMA, Z. A. S. **Desenvolvimento e validação de indicadores de boas práticas de segurança do paciente: Projeto ISEP-Brasil.** Cad. Saúde Pública, n. 32, v.9, p. 1-17,

2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00026215> Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2016.v32n9/e00026215/>.

GOMES, R.; LIMA, V. V. **Narrativas sobre processos educacionais na saúde.** Ciências em Saúde, v.24, n.12, p.4687-4697, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.10852018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RP7qmJpcvWwB8pKTvc7g4MH/?lang=pt>.

JESUS, E. R. et al. **A segurança do paciente em instituições hospitalares: ações da equipe de enfermagem.** Revista Psicologia e Saberes, v.8, n.11, p.84-108, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3333/ps.v8i11.974>. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/974>.

LEE, N.J. et al. **Educação em segurança do paciente e competências em segurança do paciente de estudantes de enfermagem de bacharelado: um estudo transversal.** Enfermagem e Ciências da Saúde, v.18, n2, p.13-171, DOI: <https://doi.org/10.1111/nhs.12237>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/nhs.12237>.

LOPES, J. R.; CARVALHO, V. R. J. **A segurança do paciente em um hospital militar e sua relação com a qualidade dos serviços hospitalares.** Textos para Discussão, v.1, n.1, p. 638-664, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/textosparadiscussao/article/view/411>.

MILANI, M. L; VANDRESEN, F. **O Programa Nacional de Segurança do Paciente e as implicações nos serviços de saúde como aspecto relevante ao desenvolvimento regional.** Desenvolvimento Regional em Debate, v.9, p.478-505, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.2089>. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2089>.

NUNES, E. D. **O campo narrativo na Revista Ciências e Saúde Coletiva.** Ciências e Saúde Coletiva, v. 25, n.12, p.4661-4668, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.04692020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZDDhPZZrKfXs8RgCTqSGfnL/?format=html&lang=pt>.

PAES, G. O. et al. **Segurança do paciente e seu reconhecimento para a ética nos cuidados de Enfermagem.** Research, Society and Development, v.9, n.8, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5112>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5112>.

PAIXÃO, D. P. S. S. et al. **Adesão aos protocolos de segurança do paciente em unidades de pronto atendimento.** Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn, Curitiba-PR, v. 71, n.1, p. 622-629, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0504>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/nBq4QYtpMTnYyJ8DhdK9wRd/?lang=en>.

RAMOS, D. R. et al. **A gestão da enfermagem e a implementação das metas de segurança do paciente em uma unidade de emergência pública.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n.6, p.1-8, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e7333.2021>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7333>.

SILVA, A. T. S. et al. **Assistência de enfermagem e o enfoque da segurança do**

**paciente no cenário brasileiro.** Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 292-301, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201611123>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/cydbTWCPsdrthLC4rmwJKvJ/?lang=pt>.

SIMAN, A. G. et al. **Segurança na identificação do paciente: a realidade de uma unidade psiquiátrica.** Revista de enfermagem, v.9, p.1-10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.19175/recom.v9i0.3520>. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/3520>.

SOARES, E. A. **Cultura de Segurança do Paciente e a Prática de Notificação de Eventos Adversos.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 36, v. 36, e.1657, p. 1-10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e1657.2019>. Disponível em: <https://acervo.mais.com.br/index.php/saude/article/view/1657>.

STRALHOTI, K. N. O. et al. **Segurança do paciente na emergência: compreensão da equipe de um hospital de referência.** Saúde coletiva. Barueri, São Paulo, n.68, v.11, p. 7819-7822, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i68p7819-7822>. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1837>.

VIGANÓ, D. R.; COSTA, M. A. **Dificuldades encontradas na implementação dos protocolos de segurança do paciente no Brasil.** Research, Society and Development, v. 12, n.2 p. 1-7, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i2.40178>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40178>.

Submissão: junho de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: novembro de 2023.